

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CRT

RESOLUÇÃO Nº 271/ 2014

SESSÃO: 59ª ORDINÁRIA DE 20/03/2014

PROCESSO Nº: 1/3799/2013 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/2013.15731

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONSELHEIRO RELATOR: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

EMENTA: ICMS - 1. TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTO FISCAL - 2. Procedimento fiscal instaurado constatou que, em serviços de transporte realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que destina mercadoria a pessoa domiciliada nesta capital, desacompanhada de documento fiscal tipifica responsabilidade tributária para fins e autuação, culminando em fato gerador de obrigação tributária. Observância da Norma de Execução 07/99 e o Parecer/PGE nº 34/99. Recurso voluntário conhecido e não provido. 3. Rejeitada a preliminar de nulidades suscitada. Decisão por unanimidade de votos. 4. Auto de Infração julgado **PROCEDENTE, confirmando a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, em conformidade com o Parecer da Consultoria Tributaria adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. 5. Infringidos os arts. 16, I, "b"; 21, II, "c"; 25, XIV; 140, 829 e 830 do Decreto nº 24.569/97 - RICMS/CE. Penalidade: Art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/96 c/ NR dada pela Lei nº 13.418/2003.**

RELATÓRIO

Em ação fiscal deflagrada no interior da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a fiscalização detectou a presença de um (01) volume, SA74730871BR contendo CONFECÇÕES desacompanhada de documento fiscal próprio para acobertar a operação.

Por se tratar de mercadoria sem Nota Fiscal o agente fiscal utilizou como parâmetro para calcular a base de cálculo do imposto NOTA DE PEDIDO que acompanhava as mercadorias que apresentava o montante de R\$ 1.436,80

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Base de Calculo	1.436,80
ICMS	244,25
Multa reduzida(50%)	431,04
Total	675,29

O agente fiscal, verificando a irregularidade, lavrou o Auto de Infração com base nos art. 140 do Decreto nº 24.569/97, culminando na penalidade insculpida no art. 123, III, "a", da Lei nº. 12.670/96, alterado pela Lei nº. 13.418/03.

Às fls. 03 dos autos, consta o Certificado de Guarda de Mercadoria nº 885/2010, determinando que a mercadoria fique sob a responsabilidade do Posto Fiscal dos Correios, mediante o qual consta o supracitado volume de mercadorias desacompanhado da documentação fiscal pertinente.

Inconformada com a autuação, a interessada ingressa com sua defesa aos autos, acostada às fls. 07/12, argumentando ser a ECT criada pelo Decreto-Lei nº 509/69 para explorar e executar atividades, por outorga, em nome da União, sendo tais atividades chamadas de serviço postal. Trata-se, este, de um serviço público inerente a própria União, conforme dispõe os arts. 21, X e 22, V da Constituição Federal/88 e arts. 7º, §3º, 2º da Lei 6.538/78, que limita o poder de polícia do Estado, e que goza de imunidade para as entidades estatais nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 509/69. Além do que, a referida empresa não presta serviços transportando mercadorias, mas executa uma prestação de entrega de objetos postais, considerados legalmente como correspondências, consoante art. 47 da Lei nº 6.538/78.

Alega ainda que goza de imunidade tributaria por força do disposto do art. 150, inciso VI, letra "a" da Constituição Federal. Por estabelecer o legislador que o serviço postal não é atividade econômica, mas serviço de cunho eminentemente público, próprio da União, deliberou a IMUNIDADE TRIBUTARIA da ECT, no art. 12, do Decreto-Lei nº. 509, de 20/03/69.

Cita decisão do Supremo Tribunal Federal, onde a 2ª Turma, pelos votos dos Ministros Carlos Velloso, Celso Melo e Helen Gracie, deu provimento ao Recurso Extraordinário nº. 407099 - RS, interposto pela ECT contra o acórdão do TRF-4ª Região, para reconhecer a imunidade tributaria da ECT, com base no art. 150, inciso VI, letra "a" da CF/88.

O insigne Julgador Monocrático entendeu correto o procedimento adotado pelo fisco, fundamentando a *litis decisio* no que dispõe o Parecer nº 34/99 da douta Procuradoria Geral do Estado, onde esclarece não remanescer dúvidas que a imunidade recíproca não alcança as prestações de serviços de transportes realizadas pelos Correios, apenas o serviço propriamente dito.

Que a luz do Parecer mencionado, a EBCT realiza serviço de transporte de mercadorias, conforme o que dispõe art. 14 da Lei 12.670/96, como também está sujeita a regra do art. 16, inciso II, alínea "c" da mesma Lei.

Ademais, segundo o julgador, não consta nos autos nenhum argumento meritório que tenha o condão de desconstituir a infração apontada, não sendo cabível a solicitação de "insubsistência" (nulidade) requerida pela parte.

Inconformada com a ação contra si imputada, a atuada apresenta seu Recurso Voluntário, às folhas. 21/26, ocasião em que reproduz os mesmos argumentos elencadas na impugnação.

Às folhas 32/35 consta o Parecer nº 86/2014 da Consultoria Tributária, que expressou seu entendimento no mesmo sentido que àquele expandido pela Instância Singular, amparado no Parecer nº 34/97 da PGE e na Norma de Execução nº 07/99 da SEFAZ. O Representante da Procuradoria Geral do Estado ratificou o entendimento da Consultoria adotando o parecer.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

O caso, sob análise, trata de mercadoria encontrada pelo Fisco, nas dependências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT desacompanhadas da documentação fiscal pertinente, motivando a lavratura do Auto de Infração nº 2013.15731 embasados no que dispõe o Parecer nº 34/99 da Procuradoria Geral do Estado e na Norma de Execução n.º 07/99 da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ.

Em sua defesa, a atuada usa, basicamente, as seguintes razões:

1) por ser a ECT criada pelo Decreto-Lei nº 509/69 para explorar e executar atividades em nome da União, por outorga, tais serviços postais são considerados serviços públicos, e como tal, gozam de imunidade constitucional;

2) que os serviços postais não devem ser confundidos com os serviços de transporte de mercadorias, por cuidar de objetos postais, e portanto, não se encontra no campo da incidência do ICMS.

Entretanto, pelo que verifico na Legislação vigente, preliminarmente, o Parecer nº 34/99 da Douta Procuradoria Geral do Estado, que trata da responsabilidade tributária da ECT, claro me faz ver, ser a ECT efetivamente responsável pelo pagamento do imposto estadual, haja vista que a Lei nº 6.538/79 (Lei dos Correios) não recepcionou os efeitos da imunidade recíproca elencadas no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal de 1988, limitando-se a proteger o serviço postal stricto sensu...

Além do que, se faz mister frisar a diferença entre os tipos de sujeito passivo (contribuinte e responsável) de uma obrigação tributária, conforme o disposto no art. 121 do Código Tributário Nacional, "in verbis":

" Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei. ” (Grifos Nossos)

Pois no caso em questão, apesar da requerente não revestir as condições de contribuinte da operação, estará responsável pelo pagamento ICMS por disposição expressa em lei. Vejamos então o que dispõe o art. 21, II, c do Decreto 24.569/97 que regulamenta a Lei Estadual 12.670/96:

“ Art. 21. São responsáveis pelo pagamento do ICMS

.....

II - o transportador, em relação à mercadoria:

.....

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou sendo este inidôneo; ”

Logo, não foi o serviço postal que motivou o fato gerador do imposto lançado, mas a circulação da mercadoria, que, incontestemente, estava efetivamente circulando. Sendo assim, o Legislador impingiu a qualidade de responsável por ser possuidor ou detentor de mercadoria sem documento fiscal.

E por fim, saliento o que diz a Norma de Execução 07/99, que estabelece procedimentos de fiscalização exercida nas dependências da ECT.

Quanto ao pedido nulidade suscitado pela parte, entendemos que deve ser rejeitado visto não existir no processo sob análise qualquer tipo de vício ou irregularidade que possa torná-lo nulo.

Ante ao exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de procedência de 1ª Instância, nos termos do julgamento singular e Parecer da d. Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Base de Calculo	1.436,80
ICMS	244,25
Multa reduzida(50%)	431,04
Total	675,29

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é Recorrente **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT** e Recorrido **Célula de Julgamento de 1ª Instância**, resolvem:

A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para após afastar a preliminar de nulidade em razão de imunidade tributária, argüida pela recorrente, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro José Gonçalves Feitosa.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 11 de 09 de 2014.

Francisca Marta de Sousa
Presidente

Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro Relator

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro

Andréa Mônica Figueiras Menescal
Conselheira

Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro

Mateus Trana Neto
Procurador do Estado

Annelina Magalhães Torres
Conselheira

José Gonçalves Feitosa
Conselheiro

Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira

André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro